



José Roberto Pereira*
Airton Cardoso Cançado **

*Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Professor Associado da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Bolsista CNPq e Pesquisador Mineiro pela FAPEMIG. Endereço: UFLA, Diretoria de Contratos e Convênios – DICON, Prédio da Reitoria, Térreo, Lavras/MG. CEP: 37.200-000.
E-mail: jpereira@ufla.br.

**Doutor em Administração pela UFLA, Professor Assistente III na Universidade Federal do Tocantins (UFT), e Coordenador do Núcleo de Economia Solidária da UFT. Endereço: Campus da UFT Palmas, Quadra 109 Norte, NS15, s/n, Bloco II, S.19, Caixa Postal 114, Plano Diretor Norte. Palmas/TO. CEP: 77001-090.
E-mail: airtoncardoso@yahoo.com.br.

Resenha

O livro é o quarto volume da Série Coleção ENAPEGS, editada desde 2007, com o intuito de ser um espaço de discussão sobre a questão da gestão social. O conteúdo é constituído por uma seleção de trabalhos apresentados no IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – IV ENAPEGS, realizado em Lavras/MG, em maio de 2010. O texto foi organizado em quatro partes que tratam da gestão social no âmbito das relações entre Estado e Sociedade, da economia solidária e do cooperativismo, da responsabilidade social empresarial e meio ambiente, bem como das tecnologias sociais e metodologias de formação em gestão social.

A primeira parte, denominada “**Gestão Social e Gestão Pública no Âmbito das Relações entre Estado e Sociedade**”, foi organizada com cinco artigos de caráter teórico e teórico-empírico, em uma sequência conceitual que proporciona a possibilidade de uma leitura do geral para o específico, cujo fio teórico condutor

é o espaço público, onde se encontram e interagem os sujeitos sociais, especialmente, por meio das políticas públicas. No espaço público, todos esses cinco artigos exploram aspectos ou temas relacionados à participação social, inclusão social, cidadania, desenvolvimento local, educação, saberes locais, transparência pública e solidariedade, dentre outros, os quais constituem elementos estruturadores da gestão social em interface com a gestão pública. Por outro lado, transversalmente, esses artigos mostram as possibilidades de delimitação do campo da gestão social ao tratarem do público não estatal e do público estatal.

O texto de Eloísa Helena de Souza Cabral “Uma Abordagem Normativa para a Gestão Social no Espaço Público” é um ensaio teórico de natureza analítica, cujo objetivo é propor uma abordagem normativa para o campo da gestão social, caracterizado como um lugar intermediário relacional entre o Estado, o mercado e a comunidade. É destacado, no artigo, o conceito de “mistura de proteção social”, sistematizado por

Evers (1995), que significa a combinação entre os elementos que compõem o Estado, o mercado e a comunidade.

Segundo a autora, o terceiro setor constitui uma realização dessa “área intermediária” como resultado de uma conjugação de espaços no tratamento da questão social, o que permite diferenciar e superar, conceitualmente, o terceiro setor como apenas um conjunto de organizações que se assemelham por uma tipologia estabelecida. O Terceiro Setor é, assim, um espaço relacional que deriva do entrelaçamento de lógicas, discursos e racionalidades entre os três setores (Estado, Mercado e Comunidade), voltado para a proteção e desenvolvimento social.

A autora considera o espaço público como próprio para o desenvolvimento da abordagem normativa do Terceiro Setor, já que este é responsável pela produção de bens públicos devido ao seu caráter singular de “público”. E é no “espaço público” que se desenvolve o processo de gestão social, como um campo intermediário de sociabilidades, analisa a autora. Assim, na gestão das atividades sociais, entrecruzam-se as habilidades dos gestores no âmbito da gestão pública estatal, da gestão dos negócios mercantis e das práticas comunitárias, reforçando a noção de “mistura”. Neste contexto teórico-conceitual, a autora identifica várias dualidades da gestão social das Organizações do Terceiro Setor (OTS) e identifica, ainda, que a “missão” é a função mais importante dessas organizações, além de apontar alguns desafios para a gestão social. Por fim, a autora apresenta sugestões de pesquisa para o desenvolvimento da gestão social a partir da abordagem normativa, considerando a reprodução dos valores, o conjunto de Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações Sociais, designado pelo acrônimo ENCIR, e o caráter híbrido do Terceiro Setor. Nesse sentido, a expressão do conceito de “público” torna-se prioridade para os estudos de gestão social.

O texto “A Relação entre a Sociedade Civil e o Estado na Formulação de Políticas Públicas na Microrregião de Garanhuns”, escrito por Fernando

Tenório, Lamounier Villela, Anderson Dias, Willian Melo e Jonathan Lopes é o resultado de uma pesquisa realizada no estado de Pernambuco. Esse estudo envolveu 40 representantes do poder público e da sociedade em seis municípios da microrregião de Garanhuns, com o propósito de analisar os processos participativos da sociedade civil local na formulação de políticas públicas. Os processos participativos foram analisados com base nas seguintes categorias: processo de discussão, pluralismo, inclusão, igualdade participativa, autonomia e bem comum.

Os autores argumentam que, a partir da Constituição Federal de 1988, a relação entre Sociedade Civil e Estado mudou no sentido de colocar o cidadão frente às questões sociais e ao próprio Estado, focalizando-se o papel do cidadão nesse contexto, especialmente, no que diz respeito à sua participação na formulação de políticas públicas. Para isso, os autores se fundamentam no conceito de democracia de Habermas, estruturado com base na cidadania deliberativa, nos direitos humanos, na soberania popular e nos processos de comunicação dialógica. Parte-se do pressuposto de que é por meio da dialogicidade dos atores sociais (sociedade civil e poder público local) que se pode chegar às possíveis soluções para as questões pertinentes ao “mundo da vida”, conceito desenvolvido por Habermas para tratar das interrelações entre cultura, sociedade e personalidade.

Os resultados da pesquisa mostram que a sociedade civil local espera, passivamente, soluções rápidas e pragmáticas para seus problemas sociais. Os entrevistados não percebem os fóruns, conselhos e sindicatos como espaços de participação de diálogo que possa mudar a qualidade de suas vidas ou da comunidade em que vivem. Verificou-se que o único espaço de participação que desperta interesse coletivo são as reuniões em que se discutem os programas federais assistenciais. Há uma dificuldade, ressaltam os autores, de os atores sociais daquela região desenvolverem um espírito crítico. Por outro lado, a pesquisa mostra alguns pontos positivos dos programas federais na região,

tais como: a possibilidade de reflexão sobre a realidade local e como transformá-la; esperança de melhoria nas condições de vida dos indivíduos beneficiados e; valorização cidadã.

Além disso, os autores constataram que os seis municípios são dependentes financeiramente dos recursos oriundos do Estado ou da União, o que reforça a fraca autonomia dos municípios em relação ao futuro das comunidades. Por fim, consideram que a região em estudo apresenta potencialidade de desenvolvimento via processos dialógicos, tendo em vista a presença de instituições socialmente organizadas.

O trabalho de Clarício dos Santos Filho, “Fundos Rotativos Solidários: dilemas na gestão social de recursos públicos por comunidades rurais no Nordeste do Brasil”, trata da análise da gestão compartilhada dos Fundos Rotativos Solidários, seus limites, avanços e perspectivas, em projetos implementados na região Nordeste, denominados de PAPPS – Programa de Apoio aos Projetos Solidários. O autor contextualiza, sinteticamente, a trajetória dos programas de crédito às comunidades rurais no Nordeste do Brasil, as práticas tradicionais de geração do crédito e a formação das redes sociais de crédito.

Segundo o autor, a racionalidade que serviu de referência para a elaboração da política pública dos Fundos Rotativos, em 2005, repousa sobre o princípio da dádiva (dar – receber – retribuir), presente nas formas associativas tradicionais no Nordeste brasileiro. É formado um “conselho” pelos chefes de família para gerir os fundos de recursos solidários, e todos os participantes assinam um termo de adesão, quando se responsabilizam, solidariamente, pelo uso dos recursos. Dessa forma, a gestão da política pública passa pelo controle da própria comunidade para a realização dos empréstimos. Além das comunidades, estão envolvidas no PAPPS várias instituições públicas, ONGs, Estado e movimentos sociais.

O autor apresenta suas observações em relação à gestão comunitária dos projetos e as principais dificuldades internas e externas no que diz respeito às relações entre o Comitê

Gestor Nacional, o comitê local e as entidades convenientes. Contudo, considera que as perspectivas do PAPPS são “estimulantes”.

Nas considerações finais, são apresentados quatro eixos de análise que podem ser explorados em futuras pesquisas a respeito dos Fundos Rotativos Solidários, quais sejam: fortalecimento da organização produtiva; tecnologias e demais saberes tradicionais; autonomia política em relação às práticas clientelísticas locais; desenvolvimento de novas relações homem – natureza, condizentes com a proposta de convivência com o semiárido e; ressignificações em suas identidades tradicionais.

O trabalho de Ambrozina Silva, Marco Aurélio Ferreira, Luiz Abrantes e Doraliza Monteiro, “Análise da Eficiência na Alocação de Recursos Públicos Destinados à Educação em Minas Gerais”, tem como objetivo avaliar a eficiência na alocação dos recursos destinados à educação em 404 municípios mineiros, com base em dados demográficos do ano de 2004, obtidos em fontes oficiais de informação, como IBGE e Fundação João Pinheiro (FJP). Os autores argumentam que a alocação eficiente de recursos públicos para atender às demandas sociais é um dos principais desafios às administrações municipais, estaduais e federais. A educação é uma dessas demandas que deve ser provida pelo Estado, de acordo com a Constituição Federal de 1988. Esta estabelece os seguintes percentuais que os entes federais devem destinar à educação, em relação às receitas com impostos e transferências: 25% para estados e municípios; 18% para o governo federal. Dessa forma, o Estado assume uma função alocativa de recursos para atender às demandas por Educação da sociedade brasileira.

Segundo os autores, ao alocar recursos públicos com maior eficiência, o Estado corrige falhas de mercado e possíveis distorções distributivas, mantendo a estabilidade econômica e social. As variáveis utilizadas para medir a eficiência de alocação de recursos públicos em educação foram: gastos *per capita* com educação e cultura (STN); Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*; taxa de atendimento escolar às crianças

de 4 a 6 anos; taxa de atendimento escolar às crianças de 7 a 14 anos; e taxa de atendimento escolar à adolescentes de 15 a 17 anos.

Os resultados encontrados mostraram que as taxas de atendimento escolar, nas faixas de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos, são altas, 95,62% e 78,59% respectivamente. No entanto, constatou-se baixa taxa de atendimento para a faixa de 4 a 6 anos. A média dos escores de eficiência encontrada pelos autores foi de 0,615, o que expressa maior número de municípios com baixo desempenho na alocação de recursos à educação, dentro do universo dos 404 municípios analisados.

Os autores verificaram em seu estudo que os municípios das regiões como Jequitinhonha e Norte de Minas obtiveram bons resultados, ou seja, estão alocando recursos em educação com eficiência. Por outro lado, os resultados mostram a maior concentração dos municípios com baixo escore de eficiência na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

No ensaio teórico “Governança Pública: transparência, controle e *accountability* sob a ótica da teoria do agente”, os autores Roberto Ferreira, Elaine Araújo, Patrícia Ashley, Luiz Gustavo Nazareh e Antônio Carlos dos Santos propõem apresentar as condições institucionais recomendáveis para a construção de um modelo de governança pública que possa atender aos municípios brasileiros em sua capacidade gerencial de desenvolvimento territorial de forma justa, democrática e sustentável.

Os autores argumentam que o Brasil enfrenta um problema de governança e não de governabilidade, pois o Estado apresenta capacidade limitada de governar em função da rigidez e ineficiência de seu aparelho burocrático. Segundo os autores, a governança pública envolve, dentre outros meios, transparência, *accountability* e controle, mecanismos estes que favorecem a participação popular; sendo, nesse sentido, os conselhos gestores de políticas públicas instâncias municipais deliberativas próprias da governança pública. Dessa forma, conforme o estudo, pode-se conceituar governança como

uma ampla estratégia de reforma das instituições da sociedade civil e de democratização do Estado, que pode tornar os governos abertos à participação popular, responsáveis e transparentes.

No intuito de propor elementos para a construção de um modelo de governança pública, os autores buscaram na “Teoria da Agência” fundamentos teóricos e mecanismos de controle que passam a ser utilizados. Consideraram os contratos de gestão um mecanismo de controle de governança pública, assim como a prestação de contas nas relações entre Sociedade e Estado.

Os autores chegaram à conclusão de que tanto a governança pública quanto a privada estão alicerçadas nos princípios da transparência, controle, equidade e prestação de contas. Portanto, consideram que as condições institucionais recomendáveis para a construção de um modelo de governança pública devem estar baseadas nos referidos princípios mencionados acima e que são importantes na composição de tal modelo, cujo objetivo seja a maximização do bem-estar da sociedade, os seguintes aspectos: liderança, integridade, compromisso, responsabilidade, integração e transparência.

A segunda parte, intitulada “**Interfaces entre Gestão Social, Economia Solidária e Cooperativismo**”, está estruturada, também, em cinco artigos de pesquisa, sendo dois a respeito de cooperativas e três sobre Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). O espaço social construído pela atuação da economia solidária e do cooperativismo popular constitui a base para o desenvolvimento da gestão social, à medida que as organizações envolvidas nesse espaço estabelecem redes de relacionamento, de confiança, de solidariedade e passam a tratar os problemas sociais como problemas públicos. Nesse sentido, as ações das cooperativas e das incubadoras são caracterizadas como ações públicas, pois o interesse público norteia suas ações. O interesse público é aqui compreendido como aquele voltado para o bem comum e para a produção de bens públicos.

Nesse contexto de análise, os dois primeiros artigos abordam as cooperativas na

perspectiva social-reformista, em que estas constituem um meio de mudanças sociais e econômicas da sociedade, fundamentando-se nos princípios universais do cooperativismo. Nessa perspectiva, os associados da cooperativa se reúnem em torno de problemas, necessidades e objetivos comuns por meio da ajuda mútua, baseando-se na solidariedade, na liberdade, na igualdade e na justiça social. Procura-se, nesse caso, combinar a racionalidade econômica com equidade, seja pela busca de maior produção dentro do menor tempo possível e com dispêndio mínimo de recursos, seja pelos benefícios sociais obtidos por meio do trabalho realizado nas operações dos associados com a cooperativa.

Por outro lado, os três artigos que tratam das incubadoras mostram o papel que estas cumprem na sociedade e no mercado, bem como suas relações com o Estado, ao ressaltarem o desenvolvimento local, a geração de renda, a autogestão e as transformações de valores. Esses trabalhos mostram, também, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) se estruturam em uma rede social para enfrentarem, sobretudo, os desafios de superar o problema social e público do desemprego e do trabalho precarizado. Ao explorarem esses aspectos, os autores sinalizam para a necessária interface da economia solidária e do cooperativismo com a gestão social, por apresentarem características comuns, dentre as quais destaca-se o caráter público de suas ações. As reflexões teóricas nessa direção podem contribuir muito com a delimitação do campo científico da gestão social e potencializar as ações das incubadoras, das cooperativas populares e dos empreendimentos econômicos solidários em geral.

O primeiro artigo apresentado nessa segunda parte é o trabalho de pesquisa de Luciano Mendes e Fabiano dos Santos “Implicações sobre o Comércio Justo em duas Cooperativas Agroindustriais: possibilidades e limites”, cujo objetivo é identificar e analisar os limites e as possibilidades da certificação em comércio justo no Brasil por meio de cooperativas.

Os autores contextualizam, sinteticamente, a origem e desenvolvimento do cooperativismo como uma das abordagens econômicas alternativas. Contextualizam, também, a trajetória do comércio justo no Brasil, entendido como uma forma de comércio baseada na transparência das relações, no diálogo, no respeito entre as partes e na solidariedade, com vistas ao fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

No artigo, informa-se que, no Brasil, há cerca de 40 operadores (produtores e comerciantes) certificados pela FLO (Fairtrade Labeling Organization), dentre os quais as duas cooperativas em análise. Os autores relatam as dificuldades burocráticas do processo de certificação no Brasil, mas são otimistas quanto ao crescimento do número de operadores, podendo chegar a 248 licenciados em 2011, de acordo com os dados do Instituto *Fairtrade* Brasil. Para os autores, quando o comércio justo se realiza por meio de cooperativas, consegue-se atingir um número de produtores muito maior, além de conciliar os princípios éticos comuns. Nesse sentido, as duas cooperativas estudadas chegam a mais de 200 produtores associados.

Analisa-se que os produtores associados às cooperativas em estudo percebem vantagens comparativas, tais como agregação de valor do produto, ampliação da renda e participação efetiva na cooperativa. Por outro lado, as dificuldades ou limitações identificadas pelos autores foram: a comunicação, na língua inglesa, entre as cooperativas e a certificadora; os prazos estabelecidos e o tempo de resposta da certificadora; a burocracia do processo de certificação; dificuldade de acesso às informações e aos novos mercados e; custos diretos e indiretos envolvidos com a certificação.

Os autores concluem que o comércio justo no Brasil ainda é pouco conhecido pelo público em geral e menos ainda no âmbito empresarial. Assim, consideram que há um grande espaço de crescimento desse mercado no Brasil.

O estudo de Élide Monteiro, Airton Cançado, Vânia de Oliveira e Ariádne Rigo,

“Práticas dos Princípios Cooperativistas: um estudo de caso na Cooperativa Adalzisa Moniz em Cabo Verde”, procura mostrar o distanciamento entre os princípios cooperativistas emanados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e a prática dos práticos na cooperativa em estudo. A cooperativa em estudo - localizada em Cabo Verde, país situado na costa oeste da África, na cidade de Praia, capital - é filiada à Federação Nacional das Cooperativas de Consumo de Cabo Verde (FENACOOOP), associada à ACI e, portanto, orientada pelos princípios universais do cooperativismo. Os autores argumentam que o cooperativismo é uma opção viável no contexto da sociedade globalizada, tendo em vista que constitui uma forma de organização que valoriza o trabalho, as pessoas e o capital como um meio, não como um fim em si mesmo. Além disso, consideram de grande relevância estudos de caso em outro país à luz das interpretações já realizadas em casos semelhantes no Brasil. São descritos cada um dos sete princípios cooperativistas com base em diferentes autores, mas tomando-se como referência principal as definições da ACI. Os sete princípios que vigoram desde 1995 são os seguintes: Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática; Participação Econômica dos Sócios; Autonomia e Independência; Educação, Treinamento e Informação; Intercooperação; Preocupação com a Comunidade.

Na sequência, os autores contextualizam o cooperativismo em Cabo Verde, ressaltando que o Estado escolheu o cooperativismo como meio de desenvolvimento do país desde a independência de Portugal, em 1975. Entretanto, relatam dificuldades no desenvolvimento do cooperativismo naquele país, em razão das questões culturais, como a hierarquia e a centralização, deixadas pela colonização portuguesa, apesar de permanecerem práticas de ajuda mútua como a *Tabanca*, *Djuda* e o *Djunta-mon*.

Nesse contexto, localiza-se a cooperativa Adalzira Moniz voltada para o consumo e educação, caracterizada como cooperativa mista, fundada em 1985. Essa cooperativa conta,

atualmente, com 120 associados ativos e possui três funcionários, uma das poucas cooperativas que sobreviveram em Cabo Verde, relata os autores.

Os resultados foram apresentados em um quadro, no qual os autores identificam e analisam os pontos fortes e pontos fracos das práticas de cada princípio cooperativista, obtidos por meio de entrevistas com os associados à cooperativa. Nesse quadro, um ponto forte é destacado pelos autores, qual seja, a origem comunitária da cooperativa, o que contempla o princípio da “preocupação com a comunidade”. No entanto, constatam que há mais pontos fracos do que pontos fortes em relação às práticas cooperativistas universais. Por fim, os autores recomendam que a cooperativa seja (re) construída com os cooperados e não para eles, além de recomendarem a estruturação de um intenso programa de educação cooperativista.

O trabalho “Sociograma da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares” é o resultado de uma pesquisa realizada por André Rennó, José Roberto Pereira e Luiza Mendes Santos. Foram pesquisadas 41 incubadoras de cooperativas, tendo como objetivo identificar o grau de interação entre elas por meio da frequência de comunicação no ambiente da *internet* (Yahoo! Grupos).

Segundo os autores, as ITCPs constituem uma forma de organização do conhecimento estruturado pelas instituições de ensino superior para assessorar grupos de trabalhadores, que se encontram desempregados ou que exercem trabalho precarizado, a organizarem cooperativas baseadas em princípios da economia solidária. As ITCPs formam uma Rede Nacional voltada para a troca de conhecimentos, informações e experiências em relação ao processo metodológico de incubação de cooperativas populares. Segundo os autores, boa parte dessa troca ou relacionamentos ocorre por meio da *internet*, no site do “Yahoo! Grupos”, no qual as ITCPs se comunicam formalmente. Há outros espaços de troca e de relacionamento, como os encontros regionais e nacionais, fóruns e reuniões, mas é no ambiente da *internet* que ocorre maior

intensidade de relacionamento. Nesse sentido, foram identificadas 2.178 mensagens entre ITCPs, no período de 20/09/2006 a 28/04/2009, classificadas em mensagens de Relação e de Divulgação, sendo consideradas, apenas, as de Relação, pois estas informam o relacionamento formal entre as ITCPs. Para gerar o Sociograma, utilizou-se o *software* PAJEK.

Os autores consideram que a Rede de ITCPs é bastante ativa, pois identificaram uma forma intensiva de trocas de mensagens virtuais entre elas, o que a caracteriza como uma rede de fortes vínculos sociais e de alto grau de relacionamento, na qual ocorre um processo de aprendizagem intenso em torno do conhecimento metodológico de incubação de cooperativas.

O resultado final da pesquisa foi o sociograma da rede de ITCPs, apresentado por meio de uma figura que mostra as ITCPs representadas por pontos vermelhos e ligadas entre si por meio de linhas finas e grossas que expressam maior intensidade e menos intensidade, respectivamente. As cinco ITCPs centrais representadas no sociograma foram: UFSJ, UFRPE, USP, UNEB e FURB. Essas incubadoras, com base nos critérios adotados pela pesquisa, são as que mais contribuem para o fortalecimento dos vínculos sociais e da interação social entre as ITCPs. Os resultados mostram, também, que a centralidade da ITCP-UFLA é o valor da mediana, o que significa que 50% das ITCPs possuem centralidade superior ou igual à da UFLA e a outra metade possui valores inferiores ou iguais à mesma.

O trabalho de Ives Nascimento e Jeová Torres Silva Junior, “Desenvolvimento Territorial, Geração de Renda e Fortalecimento da Autogestão: uma análise da ação de incubadoras universitárias de cooperativas populares do Brasil”, trata de uma análise de atuação de cinco Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) vinculadas às seguintes universidades: UFRJ, UFT, UNISINOS, UFLA e USP. O objetivo da análise é mostrar como essas incubadoras têm contribuído com o desenvolvimento territorial, com a geração de renda e com a autogestão.

Os autores contextualizam, historicamente, o cooperativismo, diferenciando o cooperativismo popular do tradicional nos aspectos econômicos, administrativos e políticos. Uma das diferenças é o referencial teórico e ideológico da economia solidária que sustenta o cooperativismo popular. Segundo os autores, cada incubadora desenvolve o seu próprio processo metodológico de incubação. As incubadoras foram escolhidas por representarem casos exitosos e por estarem consolidadas em seus territórios de abrangência. Os autores mostram, sinteticamente, os resultados parciais de incubação, destacando as cooperativas que se emanciparam e estão atuando no mercado. Consideram, ainda, que os resultados de incubação representam “uma ação localizada, delimitada, mas, ao mesmo tempo, transformadora no território no qual atuam”.

O trabalho de Ayana Araújo, Adriano Santos e Gustavo Melo Silva, intitulado “A Formação de Formadores na ITCP/UFV: um estudo a partir das diversas concepções e das transformações simbólicas pertinentes à economia solidária”, diz respeito ao processo de formação de estudantes vinculados à ITCP da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no sentido de mostrar os resultados alcançados em um duplo desafio: formar e qualificar estudantes em economia solidária e, ao mesmo tempo, atuar no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários, orientando trabalhadores desempregados ou em situação de trabalho precarizado.

Os autores contextualizam a origem e o papel das ITCPs e, especificamente, em relação a ITCP-UFV, seus propósitos, sua estrutura de funcionamento em equipes de assessorias, de estudos e de coordenação. Conforme apresentado no artigo, os estudantes vinculados à ITCP são denominados de *formadores*, em seu regimento interno, e passam por um processo de aprendizado de formação profissional voltado para a emancipação dos grupos incubados e para o próprio desenvolvimento pessoal, principalmente, por meio dos “seminários de formação” que são oferecidos no início de cada semestre.

Na sequência, é apresentada uma

discussão conceitual de economia solidária fundamentada em vários autores, dentre os quais se destaca Paul Singer, para o qual a economia solidária é um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo. Assim, os autores consideram como desafios, na formação dos estudantes e na geração de trabalho e renda por meio da economia solidária, as transformações das crenças e dos valores da cultura capitalista. Por outro lado, são levantados os problemas que a economia solidária deve superar, como valores individualistas *versus* solidários, questões políticas, naturalização da opressão e sequestro do imaginário, os quais são discutidos nos “Seminários de Formação”, e que serviram de base para a elaboração do questionário aplicado junto aos estudantes da ITCP-UFV.

Os autores concluem que a ITCP-UFV prioriza o debate a respeito do associativismo e do cooperativismo popular, sobre os valores e princípios da Economia Solidária e o mundo do trabalho, mas deixam ausentes os problemas políticos.

A terceira parte, denominada **“Responsabilidade Social Empresarial e Meio Ambiente”**, está estruturada em dois artigos, sendo um deles resultado de pesquisa e outro, um ensaio teórico. Contudo, os dois textos mostram que as organizações privadas, mesmo visando ao lucro, possuem responsabilidade social e ambiental que as colocam no campo do interesse público, o que respalda o conceito de modernização ecológica tratado pelos autores. Isso demonstra que buscar o equilíbrio entre as ações de exploração econômica do meio natural pelas empresas e as ações de preservação do meio ambiente constitui, em essência, uma ação pública que envolve a Sociedade, o Mercado e o Estado e, como tal, um espaço de atuação da gestão social.

Ambos os artigos chamam a atenção para a necessidade de mudança de concepção e de prática quando se trata de responsabilidade para com a sociedade e com o meio natural, pois não basta apenas boa vontade ou assistencialismo, é necessária a mudança efetiva. Assim, na

perspectiva da modernização ecológica, devem-se estruturar meios para se conseguir, na concepção e na prática, um equilíbrio entre crescimento econômico e qualidade adequada do meio ambiente, o que atribui ainda mais importância à responsabilidade socioambiental das empresas.

O estudo de Simão Pereira da Silva, Kely Gomes e Natália Mesquita, “Responsabilidade Social nas Empresas de Pequeno Porte—Limitações e Perspectivas: uma análise em Minas Gerais”, trata da responsabilidade social das empresas de pequeno porte dos ramos industrial, comercial e de prestação de serviços, no vale do Rio Doce, Minas Gerais. Foram pesquisadas 15 empresas de pequeno porte a respeito da concepção, das iniciativas e das perspectivas que apresentam sobre responsabilidade social.

Os autores consideram como responsabilidade social o comprometimento que a empresa tem para com a sociedade e com o meio ambiente ao prestar contas, publicamente, de suas ações. Para medir esse comportamento, os autores utilizam três indicadores: certificação de responsabilidade social corporativa, balanço social e demonstração do valor adicionado. A Certificação é um tipo de atestado fornecido por uma instituição certificadora de que a empresa cumpre sua responsabilidade social por meio de critérios adotados e reconhecidos. O Balanço Social é uma forma de apresentar os resultados da empresa no que diz respeito à sua responsabilidade social, de forma quantitativa e qualitativa, tanto interna quanto externamente à empresa. A Demonstração do Valor Adicionado é uma demonstração obrigatória para todas as empresas abertas no que diz respeito ao quantitativo de riqueza que uma empresa produziu, bem como quanto e como essa riqueza foi distribuída ou retirada.

Os resultados da pesquisa mostram que, em termos de concepção de responsabilidade social, a maioria dos empresários entrevistados argumenta conhecer e entender, mas suas iniciativas estão relacionadas a atividades passageiras e limitadas ao assistencialismo e ao filantropismo. Foram encontradas apenas

quatro empresas de pequeno porte que possuem concepção adequada de responsabilidade social, mas praticam assistencialismo e filantropia como sendo responsabilidade social empresarial.

O ensaio teórico de Luciano Munk e Rafael Borim de Souza, “Desenvolvimento Sustentável ou Modernização Ecológica? Uma análise exploratória”, trata da análise de dois conceitos a respeito do meio ambiente: desenvolvimento sustentável e modernização ecológica. O objetivo do ensaio, segundo os autores, é analisar qual dos dois conceitos possui maior densidade teórica para explicar a realidade e ser capaz de indicar meios para a operacionalização do desenvolvimento sustentável. Embora os autores apresentem uma questão que resultaria em uma escolha entre duas alternativas, “Desenvolvimento Sustentável ou Modernização Ecológica?”, o conteúdo do texto trata especificamente da modernização ecológica como conceito e paradigma superior e adequado para explicar a realidade atual da sociedade e meio ambiente.

No artigo, são explorados o histórico, as diferentes abordagens e a estrutura conceitual de modernização ecológica, considerada um fenômeno social que se fundamenta em valores ambientais, capitalistas e institucionais voltados para o desenvolvimento; e, por isso, um termo “viável teoricamente”, na medida em que concilia os problemas ambientais com os interesses dos indivíduos capitalistas, oferecendo alternativas às conotações pessimistas em relação a tais problemas.

Segundo os autores, modernização ecológica compreende o meio ambiente como espaço autônomo e ilimitado para a tomada de decisão, bem como constitui uma resposta crítica ao “ambientalismo radical”. Nesse sentido, argumentam que o Estado deve dar a mesma importância à economia e ao meio ambiente, de modo que haja desenvolvimento tecnológico e financeiro.

A quarta e última parte do livro, **“Tecnologias Sociais e Metodologias de Formação em Gestão Social”**, está estruturada em quatro trabalhos, resultados de oficinas e relatos de

experiências realizados durante o IV ENAPEGS, que buscam promover a reflexão em torno dos temas abordados.

O trabalho de Edgilson Araújo, Rosana Boulosa e Ana Glória, denominado “Tão Longe, Tão Perto: reflexões sobre a relação entre Gestão Social e Serviço Social como possibilidade da inovação e aprendizagem”, trata da possibilidade de inovação e aprendizagem que o campo de conhecimento em Serviço Social poderá trazer para a Gestão Social e vice-versa. Os autores constatarem que essas áreas se mantiveram distantes ao longo de suas trajetórias, apesar de apresentarem semelhanças ou proximidades em vários aspectos, como o seu objeto e os instrumentos de trabalho e de pesquisa.

Os autores tecem algumas considerações a respeito de experiências, de abordagens e de formação profissional que estão distantes na prática entre as duas áreas, mas que poderiam se aproximar e promover ganhos para ambas. Nesse sentido, algumas questões foram levantadas, como, por exemplo: a gestão social institui uma nova profissão ou carreira?

Assim, com essa oficina, conduzida pelos autores no âmbito do IV ENAPEGS, objetivou-se promover a reflexão dos participantes a respeito das possíveis interações entre Gestão Social e Serviço Social à luz da perspectiva da inovação e da aprendizagem no trabalho social.

Outra oficina, proposta e realizada por Ósia Passos, Ana Rocha, Alessandra Azevedo e Aelson Almeida, intitulada “Oficina Paulo Freire: discutindo metodologias de incubação”, trata de discutir princípios e metodologias de incubação de empreendimentos solidários com base nos escritos de Paulo Freire.

Os autores consideram que, na literatura recente sobre Economia Solidária e, especificamente, sobre o processo de incubação de empreendimentos solidários, há uma distância entre o discurso de transformação e as práticas metodológicas no âmbito das incubadoras. Chamam a atenção para o potencial transformador da metodologia educativa de Paulo Freire e da própria economia solidária em

sua essência. A realização dessa oficina objetivou contribuir para a construção de uma metodologia de referência em processo de incubação de empreendimentos solidários, fundamentada na obra de Paulo Freire. Os autores buscaram refletir com os participantes até que ponto os escritos de Paulo Freire respondem aos desafios do processo de incubação.

A terceira oficina, proposta e realizada por Naira Pereira, Maria de Sousa, Tatiane Jorge, João do Nascimento e Gisele Teixeira, “Um Olhar sobre a Metatécnica do Devir Educativo do Laboratório Troca de Afetos – LATA”, diz respeito a uma experiência dialógica entre professor, aluno e comunidade, denominada pelos autores de “Metatécnica do Devir”. Conduziu-se essa oficina, com o objetivo de promover a reflexão dos saberes tradicionais e as práticas humanas em um processo de interação totalmente horizontal.

De acordo com os autores, a metodologia utilizada compreende dois procedimentos para a apreensão dos saberes, quais sejam: repetição e simulação. O procedimento de repetição é usado como exercício rítmico para (des)condicionar o corpo e o organismo. A simulação envolve um ensaio fotográfico para ser incluído no *blog* de projeto-acontecimento. Segundo os condutores dessa oficina, “a intenção é criar nas pessoas envolvidas no processo (Educativo e Afetivo) uma reflexão dos seus atos, para criar espaços de ação e indignação”.

Por último, o trabalho de Silvia Oliveira e Silva, Maria Laís Leite, Raimundo Neto e Danilo Feitosa, “Descentralizando a Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: a experiência de incubação do projeto de educação ambiental e reestruturação da associação de catadores do município de Barbalha/CE”, trata de um relato de experiência a respeito da incubação de empreendimentos no Ceará, realizado por duas incubadoras: a Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão (ICPA/UFC) e a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Cooperativos e Solidários (ITEPS/LIEGS/UFC-Cariri). Os autores se fundamentam em uma revisão teórica sobre o conceito de economia solidária para tratar

dos relatos de experiência do processo de incubação. Contextualizam, historicamente, a incubação de empreendimentos no Ceará, incluindo as duas incubadoras referenciadas acima, e informam que a ICPA/UFC incubou cerca de 37 empreendimentos ao longo de 10 anos de funcionamento, enquanto que a ITEPS, criada em 2009 por iniciativa do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), assumiu a incubação de quatro empreendimentos, os quais são descritos pormenorizadamente no relato. Por último, são apresentadas as expectativas geradas pelo desenvolvimento do projeto socioambiental, quais sejam: implantação de uma usina de triagem de resíduos sólidos no município, elevação da dignidade e cidadania dos coletores, aumento da consciência ecológica que envolve a coleta seletiva e a reciclagem em casa, minimização de proliferação de doenças e de problemas de enchentes e geração de trabalho e renda.

Finalizando esta resenha, ressalta-se a importância do ENAPEGS como espaço de discussão da gestão social como pode ser visto pelos trabalhos encontrados neste livro, que, mesmo na diversidade apresentada, se encontram sob o foco da construção do campo da gestão social no Brasil.